GIUMBELLI, EMERSON. SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM CONTROVÉRSIAS. SÃO PAULO: TERCEIRO NOME, 2014.

Cesar Alberto Ranquetat Júnior¹

O antropólogo Emerson Giumbelli, em seu novo livro *Símbolos religiosos em controvérsias*, desenvolve, com invejável rigor analítico e de maneira pormenorizada, uma série de estudos sobre a presença de imagens, objetos e monumentos religiosos em espaços públicos, concentrando sua atenção na descrição e no exame do imponente monumento do Cristo Redentor, situado no cume do Corcovado, na cidade do Rio do Janeiro. Cinco capítulos do livro são dedicados a essa empreitada. Porém, outros assuntos de extrema atualidade no campo dos estudos sobre a religião também são analisados pelo autor, como a existência de crucifixos em repartições estatais e de espaços ecumênicos em instituições como hospitais, aeroportos, universidade e outros órgãos públicos. O autor apresenta, ainda, uma interessante pesquisa sobre a presença pública dos evangélicos no cenário religioso brasileiro, além de uma valiosa reflexão teórica sobre a noção de secularismo.

Giumbelli preocupa-se em relacionar descrições minuciosas de situações específicas e empíricas com uma reflexão antropológica mais geral acerca das modalidades de presença da religião no espaço público, temática que, por sua vez, conduz, invariavelmente, a um pungente debate sobre um conjunto de conceitos como laicidade, secularismo e secularização, utilizados pelos cientistas sociais para apreender e interpretar o lugar, o papel e a importância da religião na vida social moderna.

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pampa – Campus Itaqui/RS. Contato: franquetat@yahoo.com.br

Partindo das controvérsias em torno da presença de símbolos e monumentos religiosos em espaços públicos, o autor deslinda como a laicidade se configura no Brasil. Sublinho que, nas situações examinadas, a categoria "laicidade" é concebida de modos diversos, adquirindo nesses embates e disputas um caráter polissêmico. Múltiplos e variados são, ainda, os sentidos que os atores sociais atribuem aos crucifixos apostos em tribunais e parlamentos, bem como ao monumento do Cristo Redentor. Para muitos atores, ambos os símbolos não teriam apenas uma dimensão religiosa e confessional. Seriam símbolos culturais, cívicos e até mesmo artísticos. A classificação dessas imagens como religiosas não é ponto pacífico. Descortina-se, assim, para o autor do livro, um problema crucial que diz respeito à própria definição do religioso. Para ele, "[...] não existe uma definição de religião independente de seus usos históricos e sociais" (Giumbelli, 2014, p. 12). O autor não aceita noções essencialistas e universalistas de religião, chamando a atenção para a necessidade de considerar a religião nas situações empíricas em que ela é definida pelos agentes sociais.

Além disso, tanto no caso do Cristo Redentor como no dos crucifixos em recintos estatais, emerge uma discussão sobre a associação e o vínculo entre catolicidade e nacionalidade. Certo modelo e ideal de nação é representado por meio desses poderosos ícones. Esse modelo de nação vem sendo fortemente contestado nas últimas décadas por uma ampla gama de agentes que tecem argumentos contrários à imagem de uma nação brasileira cristã e católica.

Um aspecto a ser destacado que, realmente, impressiona no mapeamento dessas controvérsias realizado por Giumbelli é a miríade de atores, discursos, argumentos e esferas sociais envolvidos nesses conflitos e debates públicos. O tema inegavelmente tem despertado paixões e posicionamentos muitas vezes extremados. Espocam posturas e afirmações das mais variadas. Conflitam nesses posicionamentos diferentes visões acerca da organização da vida social e do modo mais adequado de o Estado lidar com os múltiplos agentes e valores – religiosos e seculares – que disputam espaço e influência no espaço público.

O livro compõe-se de dez capítulos. O primeiro capítulo, Paris, Praça Tiradentes: laicidade e símbolos religiosos no Brasil, apresenta um caráter mais geral e abrangente, pois, com base na obra A formação das almas, de José Murilo de Carvalho, Giumbelli propõe uma história simbólica da República no Brasil. Uma série de símbolos religiosos e cívicos são examinados, com o objetivo de estabelecer uma discussão sobre a questão da laicidade e da articulação entre o religioso e o secular ao longo da história política e religiosa brasileira. No segundo capítulo, intitulado A modernidade do Cristo Redentor, o autor debruça-se sobre o famoso monumento do Corcovado. Descreve com acuidade a biografia desse monumento, como ele foi concebido e construído. Além disso, desenvolve uma importante reflexão sobre a articulação entre religião e modernidade materializada nesse monumento. O Cristo Redentor foi concebido para expressar a catolicidade da nação brasileira, mas ao mesmo tempo representou para a época uma obra artística e técnica de vanguarda, sendo, assim, um "emblema" da modernidade religiosa no Brasil. No terceiro capítulo, Brasileiro e europeu: a construção da nacionalidade em torno do monumento ao Cristo Redentor do Corcovado, enfoca-se a relação dessa imagem com a cidade do Rio de Janeiro e com o país. Giumbelli demonstra como no momento de sua construção uma série de atores sociais procuraram vinculá-lo ao projeto de uma nação cristã e católica, sob a égide e o domínio da realeza de Cristo. O documentário Christo Redemptor, finalizado em 2005, que, dentre outras coisas, destaca a brasilidade do monumento no contexto dos 75 anos de sua inauguração, é objeto de interessantes considerações e observações.

No capítulo quarto, com o título *A política de um monumento: as muitas imagens do Cristo Redentor*, analisam-se os diferentes discursos e formas de apreciar o monumento do Cristo Redentor. Para tanto, o autor acompanha como a imagem é concebida em livros sobre monumentos no Rio de Janeiro publicados entre 1946 e 1981. Também trata sobre a campanha pela eleição do Cristo Redentor como uma das novas sete maravilhas do mundo. Inegavelmente, a estátua do Corcovado, como todo objeto urbano, vem ganhando novos e inesperados sentidos. De

símbolo religioso católico em suas origens, torna-se com o passar dos anos um ícone cultural, uma imagem da própria cidade do Rio de Janeiro, um elemento fundamental da paisagem urbana carioca. Desse modo, o sentido religioso do monumento é esmaecido, sendo variadas as maneiras pelas quais o monumento tem sido usado e apropriado. Em suma, nesse capítulo, como nos anteriores, Giumbelli problematiza a qualificação que atribui um estatuto religioso ao símbolo. No quinto capítulo, O Cristo pichado: sacralidade e transgressão de um monumento urbano, o autor destrincha o episódio ocorrido em abril de 2010, quando a estátua do Cristo Redentor amanheceu pichada, com inscrições espalhadas pelo rosto, pelos braços e pelo peito da escultura. O acontecimento é lido e interpretado como uma espécie de "drama social". É, assim, tomado como um ato de transgressão e de ruptura da ordem, que desfigura o monumento, provocando uma reprovação generalizada e uma rápida reparação da estátua alvejada, com a finalidade de prontamente recuperar a pureza e a "sacralidade" da imagem, mas "[...] também para liberar o monumento para novas interferências" (Giumbelli, 2014, p. 125).

Com o título *Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religioso em recintos estatais*, o sexto capítulo do livro aborda uma controvérsia que, não obstante suas particularidades, guarda certa similitude com o debate acerca da estátua do Cristo Redentor no Corcovado. Trata-se de polêmicas recentes em torno da legitimidade da presença de cruzes e crucifixos em recintos estatais. Baseando-se em fontes textuais e documentais, Giumbelli foca-se na apresentação dos argumentos acionados nesse embate. Ressalta que, embora a multiplicidade de posicionamentos e noções utilizadas, o conceito de laicidade é absolutamente central em toda essa contenda. Esse princípio é defendido tanto pelos atores que são contrários à presença de crucifixos em repartições públicas como pelos agentes que defendem a permanência desse símbolo. Dessa maneira, faz-se necessário acompanhar, mapear e entender as formas pelas quais a laicidade é concebida. Além de sublinhar os poderes da referida imagem e, portanto, a agência desse objeto, o autor destaca, também, a polissemia desse símbolo

a partir dos argumentos dos agentes favoráveis à presença do crucifixo em recintos estatais. Inspirando-se no conceito de desfiguração, do antropólogo australiano Michel Taussig, Giumbelli demonstra que os crucifixos, embora claramente expostos, praticamente não são notados pela maioria das pessoas que frequentam ambientes estatais como tribunais e parlamentos, de modo que, como assevera com inegável acerto e precisão o autor, "[...] as demandas pela sua retirada têm necessariamente um efeito revelatório. Por outro lado, os argumentos que defendem a permanência dos crucifixos são sempre reativos, ou seja, precisam ser provocados para se articularem [...]" (Giumbelli, 2014, p. 147). Nesse sentido, a sacralidade dos crucifixos depende de sua invisibilidade ativa, conforme conceito do autor, que sobre isso afirma: "[...] os crucifixos atuam melhor onde estão exatamente por não serem vistos" (Giumbelli, 2014, p. 147).

No sétimo capítulo, Crucifixo em recintos estatais e monumento do Cristo Redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos, o autor traça uma comparação entre o monumento do Cristo Redentor no Corcovado e os crucifixos existentes em recintos estatais. Em que pese ambos serem símbolos religiosos presentes em espaços públicos, há evidentemente algumas distinções importantes entre eles. O Cristo Redentor é um objeto marcado pela polissemia e visibilidade, já os crucifixos apostos em locais como tribunais e parlamentos possuem sentidos fixos e um caráter de invisibilidade. Os espaços públicos nos quais se encontram essas imagens são também diferenciados. Há, ainda, outro importante contraste: os defensores da permanência dos crucifixos em espaços estatais procuram destacar que esse objeto condensa sentidos variados: civilizacionais, morais e culturais. Por sua vez, os personagens favoráveis à retirada dos crucifixos afirmam que esse símbolo é, essencialmente, religioso, vinculado à tradição católica. No caso do Cristo Redentor, as autoridades católicas agem com a intenção de recuperar o sentido religioso do monumento, diante das variadas apropriações e usos não religiosos que, atualmente, proliferam. Ademais, pouco se sabe acerca da biografia dos crucifixos, de suas especificidades enquanto objetos. Como foram parar nos recintos estatais? Quem os colocou? Como foram

construídos e por quem? São perguntas difíceis de responder quando se estudam as várias controvérsias envolvendo essas imagens. O capítulo oitavo, O que é um ambiente laico? Espaços (inter) religiosos em instituições públicas, trata acerca de locais comumente conhecidos como espaços ecumênicos ou "capelas ecumênicas" nas dependências de instituições como hospitais, universidades, aeroportos e órgãos estatais, como fóruns e parlamentos. O campo empírico estudado por Giumbelli restringiu-se à cidade de Porto Alegre, situada no Estado do Rio Grande do Sul. Três aspectos são analisados: a configuração espacial desses locais – se eles apresentam ou não símbolos religiosos –, seu uso por grupos religiosos e seculares e o modo como são gerenciados. Contudo, a atenção converge, principalmente, para a descrição da polêmica instaurada em junho de 2010, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O caso veio à tona por conta da proposta de transformar a capela católica existente nesse hospital em um espaço de espiritualidade, o que gerou uma significativa resistência por parte dos católicos.

No capítulo nono, Cultura pública: evangélicos e sua presença na sociedade brasileira, o autor trata da forte presença e atuação pública dos evangélicos na vida brasileira. Nas mais diversas esferas sociais, já são notórias as marcas da presença evangélica, a começar pela intensa atuação desse segmento religioso no campo político. Para ilustrar a "cultura pública evangélica", Giumbelli destaca a presença evangélica na mídia, em especial os "exorcismos na TV", a atuação dos Atletas de Cristo nos anos 90, a Marcha para Jesus, a atuação dos evangélicos nas favelas e nas prisões e, ainda, a prática de orações e outros rituais religiosos evangélicos em terrenos elevados, assim como a realização de práticas evangélicas no âmbito dos trens que circulam nas vias ferroviárias existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Cita, também, uma série de referências evangélicas na paisagem urbana e nas instituições públicas, como a presença de exemplares da Bíblia em parlamentos, a existência dos chamados "monumentos à Bíblia" em praças públicas e o recente erguimento de templos gigantescos nas principais capitais brasileiras. Com agudeza, Giumbelli distingue a presença evangélica de outras formas de referências religiosas existentes na vida pública nacional, em especial as

referências católicas e afro-brasileiras. O catolicismo seria percebido como a "religião natural dos brasileiros", representando a totalidade da nação, podendo-se caracterizar sua presença com a ideia de "cultura nacional". Por sua vez, as religiões afro-brasileiras, que, diga-se de passagem, sofreram todo tipo de perseguições ao longo da história brasileira, tiveram que conquistar o estatuto religioso, por meio da associação com o legado africano. Desse modo, legitimaram-se a partir de uma concepção etnicizante da religião. O candomblé, por exemplo, é considerado atualmente como uma parcela da África no Brasil. Sendo assim, sua presença pode ser caracterizada pela ideia de "cultura étnica". As religiões afro-brasileiras não expressariam a totalidade da nação, como no caso do catolicismo, mas o legado de uma parte que compõe o todo da nação. Já no caso dos evangélicos, sua presença na vida nacional não pode ser vista por intermédio das noções de "cultura nacional" ou de "cultura étnica". Os evangélicos pouco apelam à história, ao passado, à tradição para justificar e legitimar sua presença pública. Orientam-se precipuamente para o futuro; em relação ao presente, buscam, sobretudo, visibilidade. Nenhuma esfera da vida social parece escapar das referências evangélicas. Procuram ocupar posições e fazer proliferar suas referências e seus valores. Trata-se, em suma, de uma forma de presença que pode ser caracterizada pela ideia de "cultura pública".

O capítulo dez, O problema do secularismo e da regulação do religioso: uma perspectiva antropológica, é de cunho mais teórico e especulativo. Giumbelli dedica-se à complexa tarefa de analisar a noção de secularismo, dialogando com uma série de autores internacionais que vêm desenvolvendo importantes pesquisas sobre esse assunto. Disseca o conceito de secularismo, diferenciando-o da noção de secularização. Enquanto a secularização refere-se, grosso modo, à importância da religião na sociedade moderna, o conceito de secularismo diz respeito às formas pelas quais o Estado se relaciona com a religião. O secularismo relaciona-se eminentemente com os arranjos políticos e jurídicos. O autor aponta para a necessidade de ir além dos planos dos modelos e princípios, debate este que prepondera nos vários estudos sobre o tema da laicidade, concentrando-se na caracterização de configurações

de secularismo. Desse modo, o fundamental é descrever e compreender os dispositivos, mecanismos e as engrenagens que se constituem, num dado contexto histórico e social, para lidar com os coletivos, agentes e espaços percebidos como religiosos. Em vez da apreensão da categoria "secular", para Giumbelli, é mais frutífero em termos teóricos e empíricos concentrar o olhar primeiramente nas categorias "religião", "religioso" e outras afins, considerando as ocorrências e referências a tais categorias como pistas importantes para o entendimento de configurações de secularismo. Desse modo, a tarefa básica para o pesquisador é conceituar as formas pelas quais os Estados e as sociedades modernas lidam com o religioso, bem como acompanhar as diversas formas de regulação do religioso. Com essa perspectiva, conforme elucida o autor, o que está em jogo não é mais o grau de autonomia do político frente ao religioso – ou vice-versa –, mas na verdade "[...] os atores, os modos, os discursos por meio dos quais se definem os lugares para o religioso e uma dada configuração histórica e social" (Giumbelli, 2014, p. 228).

O livro do antropólogo Emerson Giumbelli tornar-se-á brevemente uma referência incontornável para todos os pesquisadores interessados na compreensão das modalidades de presença da religião na sociedade, partindo da iniludível constatação de que essa presença é pública, ao menos no Brasil. Focando-se empiricamente em situações que envolvem a existência de símbolos religiosos em locais públicos, os temas abordados por Giumbelli, na verdade, entrelaçam uma série de campos da Antropologia. Elementos de Antropologia da Arte, Antropologia Política, Antropologia da Religião, Antropologia do Secularismo e da inovadora Antropologia dos Objetos se fazem presentes nas controvérsias examinadas. Além do mais, importa ressaltar que, nas situações descritas, os símbolos religiosos não são tratados apenas pelo que significam, mas, também, pelo que fazem. São dotados de agência e poder.

Cabe ainda lembrar que o trabalho de Giumbelli é uma importante contribuição para a reflexão acerca do intenso, acalorado e atualíssimo debate político e acadêmico sobre a noção de laicidade. O valor central de seu

437

empreendimento intelectual está em deslocar a atenção da discussão sobre a necessidade de mais ou menos laicidade para a tentativa de compreensão dos diversos modos de existência e concepção de laicidade. A pergunta principal a ser respondida não é o quanto temos ou não de laicidade, mas sim como ela se configura no Brasil, enfim, como a relação entre Estado, religião e sociedade construiu-se historicamente e como na atualidade as categorias laicidade e religião são acionadas e definidas.

REFERÊNCIA

GIUMBELLI, Emerson. Símbolos religiosos em controvérsias. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

Recebido em: 09/01/2015 Aprovado em: 15/01/2015